

Análise da conformidade do processo de desenvolvimento econômico brasileiro às diretrizes da Agenda 2030 (ODS 8 e 9): dos anos de 2011 a 2020

Palavras-Chave: Agenda 2030, ODS 8, ODS 9, Desenvolvimento econômico, Administração pública brasileira

Autores/as:

Beatriz Nunes Sebastião [UNICAMP]

Prof. Dr. Paulo Van Noije [UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

A Agenda 2030, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2016, p.1), é um plano de ação de escala mundial proposto pela ONU, promulgado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015. Disposta e subdividida em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estruturada com um total de 169 metas e 232 indicadores, cada qual relacionados diretamente a um ODS específico, cuja característica principal segundo documento do IPEA (2018, p. 13), é a relação com três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômico e ambiental.

O objetivo geral da Agenda, ainda sob descrição da Organização das Nações Unidas (2016), é implementar, até o ano de 2030, políticas, ações e culturas em prol do cumprimento de metas desenvolvimentistas e sustentáveis, promoção da erradicação da pobreza e desigualdades em diversas esferas, com olhar especial aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, buscando equidade.

Como sugerido por Costa (2019, p. 6 e 7), por mais que não haja direcionamento específico de atores responsáveis pela efetivação dos Objetivos, a fim de executá-las de forma concisa e em escala eficiente, torna-se impreterível a ação principal vinda por parte do setor público, que por sua vez, varia de uma nação a outra, visto que os Estados podem adotar a Agenda de forma independente, procedendo a implementação em conformidade com as suas especificidades, como profere a Resolução da ONUBR (2016, p. 13):

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental.

Tendo em vista a vasta gama temática proposta pela Agenda 2030, e até mesmo a discussão acerca dos três eixos sustentáveis intrínseca em todos os 17 Objetivos, este projeto pretende afunilar a análise nas que dizem respeito diretamente ao desenvolvimento econômico, dado que este pilar é a base sustentadora dos demais, sendo elas: Emprego Digno e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9).

No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018, p. 13) coordenou o processo de adaptação da Agenda com as especificidades do país, e segundo Araújo (2020, p.139), o apoio técnico de instituições como esta – e outras: ENAP (Escola Nacional da Administração Pública), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – foi impreterível para os avanços da Agenda, planos e programas nacionais. Contudo, por mais que órgãos públicos federais venham realizando um trabalho minimamente satisfatório de proposta de estratégia, planos e programas nacionais, o progresso do Poder Executivo e Legislativo Federal, ainda está longe de ser considerado o suficiente para garantir o cumprimento pleno das metas da Agenda até a data estipulada.

Lembra-se que, dentre os anos de 2011 a 2014 a Agenda 2030 ainda não havia sido estabelecida, porém, mesmo que de forma anacrônica, o atual projeto pretende estudar a hipótese de o Brasil estar, de forma precedente, vindo a ser alinhado (ou desalinhado) aos parâmetros por ela estabelecidos.

Tendo em vista os esforços, como sugere Araújo (2020, p.138 e 139),

[...] conformação de uma estrutura de governança para a implementação da agenda que incluísse a sociedade civil e demais atores pareceria um caminho lógico. Contudo, como se viu, [...], apesar de seus tímidos acertos, não esteve à altura dessa trajetória.

Torna imprescindível, desta forma, compreender em quais momentos históricos, sustentado sob quais projetos, e, sobretudo sob quais aspectos técnicos de gestão que o país esteve mais perto do alcance dos objetivos da ONU. Esta pesquisa pretende contribuir, mesmo que embrionariamente, para essa maior compreensão sobre quais estratégias de desenvolvimento acarretaram em melhores resultados, o que é um elemento importante quando se pensam alternativas a fim de incorporar e implementar a Agenda 2030 na Agenda de Estado do país.

METODOLOGIA:

Com a finalidade de contemplar a proposta, seguindo recorte temporal de 2011 a 2015, relativos a um período de quatro anos antecessores à data oficial da adoção da Agenda 2030, comparando-os aos anos de 2016 a 2020, subsequentes à sua implementação global a pesquisa conta com elucidação de dados qualitativos e quantitativos.

Torna-se válido ressaltar, que os dados quantitativos relevantes ao ano de 2020, entretanto, possuem análise paralela em todos os casos, devido a especificidade dos acontecimentos históricos, no tocante a crise de saúde pública provocada pela disseminação do coronavírus, e as medidas de restrição adotadas como contingência e o quanto estes impactaram na aferição dos dados desde ano.

Sendo assim, a pesquisa conta com elucidação de dados qualitativos e quantitativos, como estabelecido a seguir:

Parâmetros quantitativos: análise dos dados numéricos dos indicadores formuladores das ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), gerando gráficos a partir dos

números encontrados para melhor visualização das informações, que serão posteriormente discutidos. Dentre as bases de dados utilizadas destacam-se IBGE, IPEA, INPI, Banco Central do Brasil, FEBRABAN.

Parâmetros qualitativos: levantamento de embasamentos históricos, relevante ao histórico de projetos, bem como as principais ações práticas do Ministério da Economia, e de seu antecessor, Ministério da Fazenda, no âmbito do desenvolvimento econômico, por meio de evidências presentes em artigos teóricos e obras acadêmicas com a mesma temática. Afim de justificar os resultados observados na elucidação dos dados quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Com a finalidade de analisar a implementação dos ODS no Brasil, o “Relatório Luz” é elaborado todos os anos, desde 2017, pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC-A2030), este é composto por 57 organizações e fóruns que contemplam todo o país, 106 especialistas das áreas referidas em todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda.

A edição mais recente deste relatório foi disponibilizada em julho de 2021, em audiência pública na Câmara dos Deputados, e como conclusão geral apontou que nenhuma das 169 metas obteve avanço satisfatório, sendo que dentre elas, do total:

- 54,44% apresentaram retrocesso;
- 15,98% estão estagnadas;
- 12,43% possuem seu escopo ameaçado;
- 7,69% apresentam resultados insuficientes;
- O restante não foi possível de ser calculado devido a falta de dados.

Para as metas das ODS 8 selecionadas e contempladas nesta pesquisa, (8.1, 8.2, 8.3, 8.10) todas estas desempenharam a condição de “retrocesso” no relatório em questão.

Relativo a ODS 9, as metas 9.2 e 9.3 foram classificadas como “estagnadas”, já a 9.b não apresentou dados suficientes para análise do GTSC-A2030.

Desde modo, as conclusões do Relatório Luz, em conformidade com os resultados dos indicadores apresentados ao longo de todo desenvolvimento de conteúdo da pesquisa em questão, demonstram que os avanços do Brasil para efetivação do cumprimento do compromisso firmado com a ONU, por meio da Agenda 2030, se distanciam do caráter satisfatório.

CONCLUSÕES:

Dada as evidências expostas na pesquisa, o período analisado, o qual abarca os anos de 2011 a 2014, momento anterior à promulgação da Agenda 2030; e 2015 a 2020, após sua disseminação, se revela um curto prazo para análise qualitativa profunda de possíveis impactos que a proposta da ONU possui como meta, pois os resultados de decisões políticas, eventos históricos e até mesmo programas propostos, podem precisar de mais tempo de maturação para que seus resultados sejam, de fato, sobressaído quantitativamente.

O governo federal brasileiro, não assumiu postura incisiva para implementação direta da Agenda 2030, em âmbito nacional, e não há evidência de que qualquer conteúdo da Agenda 2030 esteja intrínseco ou tenha servido de arcabouço, de forma proposital por mais que indireta, para implementação de algum programa ou decisão política, como comprova o Relatório Luz mais recente.

Ao comparar os indicadores selecionados seguindo o recorte temporal de 2011 a 2015, relativos a um período de quatro anos antecessores à data oficial da adoção da Agenda, aos anos de 2016 a 2020, subsequentes à sua implementação global: as taxas apresentadas podem sugerir que, paradoxalmente, os resultados anteriores a promulgação da proposta da ONU são mais satisfatórios na busca do alcance da meta, em detrimento dos anos em que as propostas já estavam elucidadas. Porém, em ambos os casos, o país não se encontrou, em nenhum dos anos e governos analisados, próximo de alcançar as metas estudadas.

Os cinco primeiros anos da adoção da Agenda 2030 em escala global, por conseguinte, não foram tratados com prioridade nas ações governamentais brasileiras, o que reflete nos resultados dos indicadores expostos, acarretando distanciamento do país em cumprir efetivamente seu compromisso com a Organização das Nações Unidas, com relação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8 e 9.

Como sugestões de encaminhamentos para esta pesquisa, torna interessante a continuidade da análise dos resultados dos indicadores dos anos mais recentes, busca mais pontual acerca das ações diretas propostas com a temática da Agenda 2030 em território nacional, bem como, elaborar comparação entre os mesmos indicadores com países que se assemelham ao Brasil em termos de nível de desenvolvimento econômico, estudando as taxas de avanço, semelhanças e divergências em cada um deles, até mesmo produzir estudo que demonstre os reais impactos da pandemia nestas metas e os planos de ações para manutenção e recuperação do trabalho decente e crescimento econômico, assim como, fomentando a indústria, inovação e infraestrutura em prol do desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAO, Persio Vitor de Sena. **POLÍTICAS INDUSTRIAIS DOS GOVERNOS LULA E DILMA**. 2014. 15 f. Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2014

ARAÚJO, Ana Beatriz Arantes. **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Brasil: uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019**. 2020. 240 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

ARTIGO A CRISE DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL PÓS 2016. [S.L]: Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 8, n. 2, jun. 2019.

BALASSIANO, Marcel Grillo. **Recessão Brasileira (2014-2016): Uma Análise por Meio do Método do Controle Sintético do PIB, PIB per capita, Taxa de Investimento e Taxa de Desemprego**. 2016. 20 f. Macroeconomia, Economia Monetária e Finanças, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Inclusão financeira não se resume a garantir acesso a serviços financeiros**.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Cidadania Financeira Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão: nº 3** :: uso e qualidade de serviços financeiros no brasil. 3. ed. [S.L]: Cidadania Financeira, 2016. 101 p.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 31, n. 89, p. 51-60, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 95, pág. 5-15, março de 2013.

CAGNIN, Rafael Fagundes et al. **A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, pág. 169-185, novembro de 2013.

CARVALHO, Laura Barbosa de. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. [S.l.: s.n.], 2018.

COSTA, Ângelo Fabiano Farias da. **A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO TEMER E O ENTERRO DA APOSENTADORIA**. In: RAMOS, Gustavo Teixeira. O golpe de 2016 e a reforma da previdência: narrativas de resistência: Clacso, 2017. p. 35-38.

COSTA, Catarina Maria Ferreira. **Integração dos Objetivos e Indicadores da Agenda 2030 em Relatórios de Sustentabilidade do Sector Público**. Mestre em Engenharia do Ambiente, Perfil Sistemas Ambientais - FCT DCEA, 2019.

FILIZZOLA, Luísa. **O crescimento da informalidade no país**. 2020. Observatório das Desigualdades.

FIOCRUZ. **Brasil não avançou nas metas da Agenda 2030**. 2021.

GOVERNO FEDERAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

GTSC-A2030. **V RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL**. 5. ed. [S.L.]: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para A Agenda 2030, 2021. 124 p.

IBGE. **SIDRA Banco de Tabelas Estatísticas**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA**: principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2021-2020. [S.L.]: IBGE, 2020. 29 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo**. [S.L.]: Estudos da Informação Econômica & Pesquisas, 2019. 137 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101863.pdf>> Acesso em: 14 maio 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018. 546 p.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. **Os desafios da construção dos indicadores ODS globais**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 71, n. 1, pág. 40-45, janeiro de 2019.

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro; FREITAS, Maria Cristina P. de; NOVAIS, Luís Fernando. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma**. 2017. 37 f. - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

Monitor do PIB sinaliza que o PIB retraiu 4,0% em 2020. [São Paulo]: Fundação Getúlio Vargas, 10 fev. 2021.

ONUBR. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: [s.n.], 2015.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**. 2019. 28 f. - CNPQ, São Paulo, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (Cgdes) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (org.). **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York: Centro de Informação das Nações Unidas Para O Brasil, 2016. 59 p.

PAULA, Flávio Alves de. **As causas da grande recessão brasileira (2014 – 2016)**. 2019. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. **Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. Relações Internacionais**, Lisboa, n. 64, pág. 117-137, dezembro de 2019.